

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**



ALESSANDER DORNELIS DA SILVA

**Educação, Trabalho e Juventude – Uma experiência com alunos de
uma Organização Não-Governamental**

**Rio de Janeiro
2017**

ALESSANDER DORNELIS DA SILVA

**Educação, Trabalho e Juventude – Uma experiência com alunos de
uma Organização Não-Governamental**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da
UFRJ como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Gabriela de Souza Honorato

Rio de Janeiro
Março/2017

SILVA, Alessander Dornelis.

Educação, Trabalho e Juventude – Uma experiência com alunos de uma Organização Não Governamental/ Alessander Dornelis da Silva. Orientadora: Prof^a. Dra^a. Gabriela de Souza Honorato. Rio de Janeiro, 2017.

54 f.: fig.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

1. ONG; 2. Cidadania; 3. Qualificação Profissional; 4. Juventude; 5. Educação e Trabalho.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Educação, Trabalho e Juventude – Uma experiência com alunos de uma Organização
Não Governamental
Alessander Dornelis da Silva**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da UFRJ como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a. Gabriela de Souza Honorato

Prof^a. Dr. Mariane Koslinski

Prof. Dr. Carolina Zuccarelli Soares

Rio de Janeiro, março de 2017.

Apesar dos percalços, estamos aqui...e continuaremos firmes e fortes na luta cotidiana.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos com os olhos marejados, principalmente, porque passa um filme pela cabeça em cima dos últimos cinco anos e meio e de toda a luta para terminar a graduação.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe que, com muito esforço e dedicação, caminhou comigo durante todo o tempo nessa grande jornada. Que honra que eu tenho de tê-la ao meu lado, eu te amo.

A minha querida orientadora, Gabriela de Souza Honorato, que me auxiliou na escrita e na qualidade a que essa pesquisa se propôs. Agradeço pela presteza em me ajudar num momento de correria das últimas semanas. Muito obrigado mesmo. Aproveito o ensejo para agradecer a professora Carolina Zuccarelli que também me ajudou nesse processo, sobretudo, no pensar e refletir em cima do eixo educação e trabalho e juventude.

Gostaria de agradecer também aos meus melhores amigos Gabriel Nogueira da Silva e José Lucas Netto de Andrade que, nos últimos 13 anos, têm feito toda a diferença na minha vida. Não tenho dúvidas que, sem eles, eu também não teria conseguido.

Aos meus queridíssimos amigos de graduação Leonardo Cesar e Jeyce Turetta que construíram comigo, ao longo dessa caminhada, um movimento ímpar de companheirismo, dedicação, cumplicidade e amizade. Obrigado!!!

Aos meus colegas da turma de 2011.2 que entraram nessa nave louca que é a graduação e mantiveram acesa a chama da educação para que conseguíssemos chegar até o final. E chegamos. Lembro de cada um e vou levá-los no peito. Obrigado, Bianca, Layla, Thiago, Marcus, Raquel, Fernanda, Déborah, Rosi, Luciana, Carlos e Mariane.

Aos meus queridos colegas de trabalho – na época em que fui estagiário na reitoria da UFRJ, no segundo período da faculdade e que fizeram com que eu crescesse dentro da área da educação e entendesse a importância do pedagogo nos diferentes espaços. Muito obrigado, Alexandra, Valquíria, Rita, Edison, Luis, Jaqueline, Fabiana, Beatriz, Silvia, Nathalia, Carlos, Luis, Gustavo e Daniel.

A ONG Ser Cidadão que fez toda a diferença na minha vida e me fez ter o *insight* de escrever esta monografia e fora permissiva para com a utilização dos dados e do questionário. Obrigado, Francisco Jorge e Tayane Reis.

Aos jovens da ONG que muito me ensinaram e fizeram com que eu amadurecesse no que tange à educação. Certamente saio de lá com novas perspectivas e ideias do trabalho do pedagogo dentro de instituição do terceiro setor. Obrigado a todas as turmas com as quais tive o enorme prazer de trabalhar, vocês são ótimos.

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de refletir sobre a relação entre educação, trabalho e juventude e as ONGs no Brasil, focando em uma instituição específica, a Associação Ser Cidadão. Levanto discussões acerca dos percalços encontrados por jovens, sobretudo, aqueles que estão na última etapa da educação básica - o ensino médio - e o auxílio das instituições no que tange ao processo formativo e o impulsivo para a inserção no mercado de trabalho. Como ponto de análise, também abordo as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as novas lógicas atreladas à reestruturação produtiva, apontando para alguns fatores que influenciam nessa dificuldade de transição entre escola e trabalho e a frustração, muitas das vezes, por conta dos jovens que recém saíram do ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE: 1. ONG; 2. Cidadania; 3. Qualificação Profissional; 4. Juventude; 5. Educação e Trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – AS ONGs NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	4
CAPÍTULO 2 – A ONG SER CIDADÃO E A RELAÇÃO JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO	9
2.1 A Instituição Ser Cidadão	9
2.2 Juventude, Trabalho e Educação	12
CAPÍTULO 3 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO: RELATOS E EXPECTATIVAS DOS JOVENS DA ONG SER CIDADÃO.....	16
3.1 – A Qualificação Profissional	17
3.2 Os Jovens, a Escolaridade e a Educação Profissional: perfil dos alunos da ONG.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
BIBLIOGRAFIA	30
ANEXO.....	34

INTRODUÇÃO

A formação no curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UF...), é bastante ampla e voltada, principalmente, para o trabalho deste profissional nas escolas, sobretudo, porque esse espaço é o maior reduto da nossa atuação enquanto pedagogo. Entretanto, trago na escrita deste trabalho, as vivências e anseios de jovens que participaram do curso de qualificação profissional de uma Organização Não Governamental (um espaço não-escolar), refletindo, deste modo, sobre a relação entre educação e trabalho a partir deste tipo de contexto de formação.

O interesse em desenvolver esta pesquisa teve início em meados de 2015, quando tive a oportunidade de começar a estagiar na coordenação da Associação Ser Cidadão, uma instituição do terceiro setor¹ que atua na oferta de cursos de qualificação profissional² (iniciação profissional) de jovens e adultos, sobretudo, àqueles que estão na última etapa da educação básica³, o ensino médio.

A Associação Ser Cidadão, com catorze anos de existência já com este nome, tem a sua sede no bairro de Santa Cruz (zona oeste do Rio de Janeiro) e uma unidade - onde eu atuava - com espaços cedidos, em parceria com o Arquivo Nacional e a Universidade Estácio de Sá (*Campus Praça XI*), no Centro do Rio de Janeiro.

A Ser Cidadão atende em sua maioria jovens e adultos nos diferentes cursos oferecidos pela instituição, como por exemplo, o de Auxiliar de Jardinagem e Paisagismo, Auxiliar de Cozinha e Padaria e Confeitaria, Informática Básica, Pré-Técnico Social, Pré-Vestibular Social, EJA - Educação de Jovens e Adultos, e, Auxiliar Administrativo e Logística, sendo este último o meu foco na pesquisa.

Optei em focar nos dados das duas turmas (Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Logística) para que possamos discutir, compreender e problematizar às questões que permeiam o conceito de empregabilidade⁴ dos jovens que, a meu ver, aparecem com maior evidência nestes cursos e que faz frente aos tópicos que serão abordados no decorrer deste trabalho.

¹ A denominação “terceiro setor” se explicaria, para diferenciá-lo do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado (Segundo Setor). Ambos não estariam conseguindo responder às demandas sociais: o primeiro, pela ineficiência; o segundo, porque faz parte da sua natureza visar o lucro (MONTAÑO, 2002).

² A LDBEN de 20 de Dezembro de 1996, prevê no Capítulo III – que trata da Educação Profissional – no Art. 40 que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

³ A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 21.

⁴ O termo “empregabilidade” será melhor explorado a partir do capítulo 2 desta pesquisa.

Vale ressaltar que a seleção dos alunos é feita em três etapas: a primeira é a inscrição no *site* da instituição, a segunda é uma entrevista realizada com o candidato para saber se ele atende os pré-requisitos de entrada no curso (idade, escolaridade e renda *per capita*) e uma terceira que consta de uma dinâmica desenvolvida para eles. Aproveito o ensejo para dizer que a divulgação dos cursos é feita nos diferentes veículos de comunicação - rede social, *site*, *e-mail*, *flyers*, divulgação dos ex-alunos, associação de moradores, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) etc. – o que faz com que recebamos jovens de diferentes partes da cidade do Rio de Janeiro.

A graduação, a oportunidade de atuar neste espaço e a possibilidade de discutir as questões acerca dele, promoveu a realização desta pesquisa e faz com que haja relevância da mesma para a educação brasileira, pois, nos permite pensar no tipo de educação que vem sendo ofertada para jovens e adultos dentro desse processo de escolarização, atentando-se, principalmente, para o ensino médio, onde as taxas de evasão ou distorção idade-série são altíssimas. Problematizo, então, se o ensino médio seria apenas uma ponte entre o ensino fundamental e o ensino superior e em que medida as organizações não governamentais (ONGs) auxiliam estes jovens nessa transição escola-trabalho.

Penso que trazer um olhar a partir de outros âmbitos é de fundamental importância para que percebamos as relações do indivíduo para com o outro, a sociedade e o tipo de educação que estamos produzindo ao longo da escolarização desses jovens e adultos.

Logo, o trabalho tem por finalidade compreender o processo de inserção profissional dos alunos que participam do curso de qualificação da Associação Ser Cidadão, pois como um dos objetivos da ONG é mediar a relação entre formação e inserção no mercado de trabalho, interessa saber em que medida os jovens que participam do projeto, efetivamente, conseguem ser inseridos no mercado de trabalho.

Metodologicamente, num primeiro momento, usando dados secundários, a pesquisa fará um levantamento da situação dos jovens no sistema educacional e no mercado de trabalho para, num segundo momento, com uma abordagem qualitativa, levantar dados acerca das expectativas e possibilidades de inserção profissional dos jovens que passam pela ONG. Para efetivação da pesquisa, considere apenas algumas perguntas realizadas para os três alunos da turma do curso de Auxiliar Administrativo e Logística do final de 2015.2 para a aplicação de um roteiro de entrevista.

Vale ressaltar, caro leitor, que a turma do curso de Auxiliar Administrativo e Logística conta com jovens com idade entre 16 e 24 anos que estejam cursando ou tenham terminado o ensino médio e que possuem uma renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

Para embasamento teórico do trabalho, parto de algumas pesquisas já realizadas na área e de alguns autores que lidam diretamente com o crescimento das ONGs no Brasil, o trabalho desenvolvido dentro desses espaços, as características que o compõem e alguns outros elementos acerca da qualificação profissional, juventude, escolaridade, terceiro setor e empregabilidade. Além disso, farei uso de uma bibliografia que discute a situação do jovem no país, tanto do ponto de vista da formação quanto da inserção no mercado de trabalho.

Este trabalho debruçar-se-á em três capítulos no intuito de abordar da forma mais didática possível os aspectos da pesquisa, onde o primeiro capítulo busca analisar, historicamente, o surgimento e crescimento das Organizações Não Governamentais no Brasil, sobretudo, da forma como estas instituições foram incorporadas à política pública nacional.

O segundo capítulo traz mais informações sobre a instituição Ser Cidadão, os cursos que a mesma oferece, assim como, a relação entre juventude, trabalho e educação.

Já o terceiro capítulo trará a situação dos jovens no mercado de trabalho e no sistema educacional, assim como, os relatos e expectativas dos jovens nesse processo.

A conclusão do trabalho reforça a importância das ONGs para os jovens da última etapa da educação básica, problematizando sobre os percalços enfrentados por jovens dentro desse contexto.

CAPÍTULO 1 – AS ONGs NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Parto da premissa que, para entendermos, a ideia dos cursos de qualificação profissional ofertadas pelas ONGs Brasil afora, é necessário que compreendamos o que é entendido por organização não-governamental, e de que forma ela foi inserida nas políticas públicas brasileiras. Sendo assim, caro leitor, farei – neste capítulo – um breve recorte histórico das ONGs no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1970 e 1980 até os dias atuais e, posteriormente, de forma sucinta, como os cursos de qualificação profissional estão postos na lei.

As instituições não governamentais pioneiras surgem em consonância com à igreja católica e pesquisadores que estavam interessados em todo o movimento popular existente, logo, acabava-se criando pequenas organizações.

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) traz em sua definição, o seguinte trecho:

[...] são consideradas Organizações Não-Governamentais as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos⁵.

A partir da década de 1970, as organizações não-governamentais ganham um caráter maior de apoio aos movimentos sociais e populares, sobretudo, porque vivíamos uma época de muita tensão no Brasil: o regime militar. Este, por sua vez, cerceava os direitos civis e, conseqüentemente, feria o princípio da democracia. Sendo assim, as ONGs no Brasil se fortalecem e ganham uma representatividade em prol das organizações populares, ou seja, há uma relação conflitiva entre essas organizações e o governo ditatorial.

O nome “organização não-governamental” por si só já assumia um caráter político muito forte pois denotava que não havia qualquer intenção de se vincular ao governo naquele momento.

No que tange o passar do tempo, os anos 1980 vem com mais força política e associativa e novos atores sociais começam a surgir, como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), sindicatos, organizações

⁵ Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em: 04 jan. 2017.

Estudantis, entre outros que vinham numa crescente. A partir dali, uma identidade das instituições (as ONGs) começa a surgir naquele contexto. Segundo Gohn (2005), “eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. Tais faces encobriam, nas próprias ONGs, sua outra face, produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais”(p.89).

De acordo com a afirmação acima, podemos identificar que na década de 1980, as ONGs ainda estão muito ligadas aos movimentos sociais e assistencialistas frente ao regime ditatorial naquele período e eram mais conhecidas como Centros Populares (LANDIM, 1993), ou seja, tais características mostram que os interesses podem ser díspares no que tange o social, onde uns tinham a intenção de desenvolver o país e as pessoas que viviam numa situação de vulnerabilidade social e outra que só fez frente ao regime imposto para acabar ou minimizar as injustiças sociais que emergiam naquele contexto, ou seja, a transição democrática faz com que as ONGs que antes eram tidas como conflitivas/combativas, passem a ser vistas mais como um canal que irá dialogar com o Estado (GOHN, 2000).

Vale ressaltar que no final da década de 1980 é discutida e implementada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde a mesma também conhecida como “constituição cidadã” prevê direitos sociais para a população, sobretudo, após o período de muita repressão que a população havia vivido até 1985 por conta do regime militar. Foram assegurados na legislação direitos como: saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Ou seja, as organizações não-governamentais começaram a colocar novas pautas de debates como as questões de meio ambiente, gênero, raça e direitos humanos num intuito de criar um estreitamento na relação para com o Estado.

No decorrer década de 1990, há um crescimento ainda maior das ONGs no Brasil, sobretudo, porque o Estado estava numa nova lógica de expansão do ensino fundamental, fazendo investimentos e utilizando bastante suas verbas, isto, fez com que outras partes e questões da educação básica recebia menos atenção, como por exemplo, a educação profissional, sendo assim, surge também nesta década as chamadas instituições do terceiro setor, ligadas às empresas e fundações num trabalho juntamente com as ONGs cidadãs/militantes que ainda carregam consigo uma proposta político-ideológica que reverbera para com as camadas populares (GOHN, 2005).

Ainda em meados da década de 1990, as questões econômicas fizeram com que as ONGs mudassem a dinâmica com a qual os movimentos lidavam. Portanto, novas formas de

pensar o planejamento e de lidar com o social fora posta em vigor. No entanto, o aumento da violência e as mudanças políticas e econômicas vigentes na nova década, fez com que a população com menos poder aquisitivo começasse a ter menos interesse pelos projetos e reuniões realizados pelas ONGs.

Neste período houve também a descentralização das políticas públicas, sobretudo, por conta das demandas existentes e do pacto de renegociação social, onde os diferentes setores ganham novas atribuições e começam a formar parcerias entre eles, ou seja, só Estado, o mercado ou o terceiro setor não são mais suficientes sozinhos, mas sim os três formando uma parceria em prol de uma responsabilidade social maior no âmbito da cidadania corporativa.

Em outras palavras, percebemos que durante a década de 1990 temos dois tipos de ONGs: as remanescentes das décadas de 1970/1980 que são autônomas, identitárias e participativas e as ONGs propositivas que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógica instrumental, racional e mercadológica (GOHN, 2005).

Apesar de existir os dois tipos de ONGs até os dias atuais, podemos inferir que o segundo é maior que o primeiro, sobretudo, porque as ONGs mais propositivas (as que foram criadas na década de 1990, em sua maioria) acreditam na parceria público-privado e falam em nome de um pluralismo que abarque a todos. Tal comportamento não é incomum se pensarmos que as mesmas nasceram de grupos econômicos e empresariais.

Vale mencionar também que ao longo dos anos a nomenclatura OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) vem sendo implementada quando nos referimos às organizações de terceiro setor. Para isso a Lei 9. 790/99 define que:

Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

Ou seja, pensar numa organização que não possui fins lucrativos, mas que é financiada por empresas/bancos ou até pessoas físicas que visam os lucros, é partir da prerrogativa de que os interesses sociais por detrás de todo o trabalho executado possam não ser tão satisfatórios do ponto de vista social como deveriam, justamente por atender aos grupos economicamente favoráveis e que financiam determinados projetos. Tal discussão acerca da lucratividade das ONGs e a forma como estes investimentos dos grupos do setor privado são postos nos trabalhos desenvolvidos pelas instituições do terceiro setor, requer uma fiscalização e

comprometimento com a qualidade que permeiam as atividades nesses espaços, principalmente, as ONGs que atuam diretamente nos processos educativos, ou seja, pensar na parceria público-privado e os investimentos feitos para as ONGs é também compreender as intenções e as racionalidades colocadas na relação entre essas esferas.

Tendo em vista as novas formas de se pensar e fazer política e as relações para com o social, percebe-se que o terceiro setor ganha mais força dentro da lógica vigente nos últimos anos e para tal, o Estado atribui cada vez mais responsabilidades para este setor no âmbito das políticas públicas. Para Gohn (2013, p 247):

A atuação do Terceiro Setor tem gerado um universo contraditório de ações coletivas: de um lado elas reforçam as políticas sociais compensatórias ao intermediarem as ações assistenciais do governo; mas de outro lado, elas atuam em espaços associativos geradores de solidariedade e que exercem papel educativo junto à população, aumentando sua consciência quanto aos problemas sociais e políticos da realidade.

Ora, as novas ONGs – as que nasceram na década de 1990 – defendem a parceria entre o público juntamente com o setor privado “sem fins lucrativos”⁶. Ou seja, por conta dos novos moldes econômicos e a ampliação do terceiro setor para com as demandas sociais e políticas vigentes a partir da referida década, as instituições deste setor passam a ser peça importante no que tange as decisões acerca das políticas públicas do país, sobretudo, porque o Estado atribui tarefas que a mesma deveria executar e garantir para a população.

Para que tenhamos uma ideia do número de instituições existentes no Brasil, o Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais fizeram um levantamento em 2010 e descobriram que existiam 290 mil ONGs, sendo que somente no Rio de Janeiro, por exemplo, 58.026 instituições em funcionamento. A pesquisa também disponível no site da ABONG informa que⁷:

Das ONGs relatadas, “pouco mais de 70% não possuíam um funcionário formalizado sequer na empresa, ou seja, eram trabalhos voluntariados e de prestação de serviços. Tais instituições subdividiam-se em alguns setores ou funcionamentos como: educação profissional, saúde, assistência social, desenvolvimento e defesa de direitos entre outros.

⁶ Os teóricos do Terceiro Setor compreendem as parcerias público/privadas como a transferência de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de essas organizações poderem se manter e executar os serviços públicos, num processo que ficou conhecido na reforma do aparelho administrativo do Estado, ocorrido no Brasil na década de 1990. (CHAVES E MOTTA, 2011, p. 76)

⁷ Disponível em: <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>. Acesso em: 09 jan. 2017.

A inserção da educação profissional nas instituições do terceiro setor nos últimos anos vem numa crescente, provavelmente, por conta das novas exigências do mundo do trabalho e a busca do jovem por qualificação profissional. As instituições cada vez mais tendem a oferecer esses cursos de capacitação para auxiliar o jovem no seu desenvolvimento e, conseqüentemente, na conquista do primeiro emprego.

Segundo a pesquisa do IBGE, de 2010, existem cerca de 531 instituições no Brasil que lidam diretamente com educação profissional e se compararmos a pesquisa anterior (2006), onde existiam cerca de 451 instituições, percebemos um aumento significativo no crescimento das instituições que lidam somente com o segmento de educação profissional, mostrando-nos que demandas para novas políticas e o ato de pensar e repensar o que é de ordem pedagógica nesses espaços é de fundamental importância para que consigamos, efetivamente, ter uma qualificação profissional condizente com os ideais dos jovens que buscam complementar a sua formação, portanto, caro leitor, no capítulo a seguir, abordarei um pouco sobre a instituição Ser Cidadão e os desafios, entraves e possibilidades dos jovens para com a transição escola-trabalho, sobretudo, após às mudanças advindas do mundo do trabalho.

CAPÍTULO 2 – A ONG SER CIDADÃO E A RELAÇÃO JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO

2.1 A Instituição Ser Cidadão

Após um breve recorte histórico e alguns apontamentos em relação a política pública, trago nos parágrafos a seguir – de forma descritiva – informações sobre a instituição Ser Cidadão, o estudo de caso desta pesquisa. Ressalto que as informações foram retiradas de documentos que a própria instituição me forneceu para a utilização deste trabalho.

A Ser Cidadão foi reconhecida legalmente em 2002 como uma instituição do terceiro setor. No entanto, os movimentos de nascimento da mesma partiram da criação de um projeto intitulado como “ Museu de Belas Artes – Extra-Muros Meninos de Rua/Oficina de Arte”, na década de 1980, estruturado por funcionários do programa nacional de museus e da antiga FUNABEM⁸, com o intuito de fazer com que os jovens de baixa renda aprendessem uma profissionalização atrelado à arte, no caso da oficina descrita acima, a serigrafia (processo de impressão no qual a tinta é vazada – pela pressão de um rodo ou puxador – através de uma tela preparada).

Em 1989, o projeto recebe o seu primeiro patrocínio e, por conta disto, recebe o nome de “Programa Educação e Trabalho”, justamente por ensinar um ofício aos jovens e, conseqüentemente, ajuda-los nessa inserção no mundo do trabalho.

Vale ressaltar que 1989 é um ano após a Constituição de 1988 ser posta em vigor, ou seja, a garantia de alguns direitos básicos como saúde e educação estavam assegurados na lei e, isto, impactou na forma como o terceiro setor passou a ser visto.

Segundo Gohn (2005), um novo modelo de ONG começa a surgir, sobretudo, por conta do neoliberalismo que vinha se aproximando e ressignificando as relações sociais. Tendo em vista tal afirmativa, podemos perceber que novas racionalidades surgem em meio às novas demandas e fazem com que patrocínios de empresas privadas e do setor público também se efetivem no campo do terceiro setor. Assim, tem início um movimento de pessoas ligadas ao setor público e com interesse no ensinamento de um ofício e algo mais ligado às artes. E já no

⁸ A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) tem por finalidade promover, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, a execução da política nacional do bem-estar do menor, orientando, coordenando e fiscalizando as entidades executoras dessa política. **DECRETO Nº 83.149/1979**

final da década de 1980 e início de 1990, a instituição recebe os primeiros patrocínios da iniciativa privada.

Em 2002, recebe o nome de Associação Ser Cidadão e é reconhecida legalmente como uma organização do terceiro setor e, em 2003, é constituída a comissão de planejamento estratégico para pensar os cursos que serão implementados já nos novos moldes. Diante da parceria com o Jardim Botânico, Museu da República e Museu Histórico Nacional, instaurou-se a criação do curso de capacitação profissional dos jovens e, também neste mesmo ano, a criação do curso Pré-Vestibular Social, na unidade da Praça XI, no *Campus* da Universidade Estácio de Sá (outra parceria importante dentro do projeto).

Em 2006 a instituição firma parceria com o Grupo Gerdau e recebe o convite para implementar também o curso de Pré-Vestibular Social em Santa Cruz que só é executado, de fato, em 2007 com a criação da primeira turma.

Em 2008, devido aos trabalhos desenvolvidos de mapeamento das demandas de cursos e serviços e a doação da antiga casa do senador Julio Cesário de Melo, a sede é levada para Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro, principalmente, por conta dos desafios imersos (desigualdades de oportunidades e sociais) naquele local.

Em 2009 a Casa Ser Cidadão é inaugurada na região de Santa Cruz e em 2010 é constituída outra comissão de planejamento estratégico que redefine os valores e objetivos que a instituição deverá seguir dali para frente, assim como, a validação dos cursos junto ao ministério de trabalho, auxiliando com o processo de realização do programa de aprendizagem⁹.

Segundo documentos internos da própria instituição, a mesma afirma-se como:

A Associação Ser Cidadão é uma organização sem fins lucrativos, certificada como OSCIP, que realiza projetos de desenvolvimento humano, através da educação, da cultura e da capacitação profissional para adolescentes, jovens e adultos procedentes de comunidades com baixo investimento social. Os projetos são baseados em processos educacionais, que visam a transformação social de todos os alunos através do autoconhecimento, do reconhecimento dos outros e do ambiente em que vivem, tornando-se cidadãos cientes de seus direitos e deveres. (Ser Cidadão, p.3)

Conforme a descrição acima, a instituição é caracterizada como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e tem um comprometimento,

⁹ Art. 428 - Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (Lei Nº 10.097/00)

principalmente, no que tange o combate das desigualdades sociais e o crescimento de oportunidades educacionais.

A Ser Cidadão tem como missão a promoção de uma educação solidária que proporciona a contribuição no desenvolvimento – social, pessoal e profissional – do indivíduo. Logo, para que esses elementos se concretizem, a instituição trabalha com objetivos que auxiliam nesse processo; por exemplo, oferecer um ambiente favorável à elevação da autoestima respeitando a diversidade e as experiências de cada um, a capacitação profissional do educando e a ampliação do acesso aos bens culturais e esportivos, tal qual a contribuição para o aumento da escolaridade de jovens, adultos e idosos visando à redução das disparidades na educação formal.

A Ser Cidadão, atualmente, conta com um total de oito cursos em sua grade, sendo eles: Pré-Técnico Social, Pré-Vestibular Universitário, Programa de Aprendizagem Profissional, Projeto Pescar, EJA – educar, Auxiliar de Administração e Logística, Auxiliar de Jardinagem e Paisagismo e Auxiliar de Cozinha/Gastronomia. Estes cursos subdividem-se acontecendo em diferentes espaços da instituição: Em Santa Cruz, por exemplo, os cursos acontecem na Casa Ser Cidadão, Paróquia Nossa Senhora da Conceição e Paróquia São José e no Centro do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional e Estácio de Sá da Praça XI).

A entidade é mantida por investimento de pessoas físicas e jurídicas sendo as principais em 2015: Instituto Gerdau; Thyssenkrupp CSA; Instituto Cyrela; Instituto Lojas Renner.

Os investimentos vão oscilando de acordo com o tempo. A oscilação dos investimentos para com os cursos faz com que haja, a cada ano, o repensar dos projetos de acordo com a verba que é disponibilizada.

A instituição possui profissionais contratados pela mesma e um grupo de estagiários e jovens aprendizes. Tal quadro também está dentro do orçamento que é disponibilizado para a instituição.

Para a elaboração desta pesquisa, foi levado em consideração a turma do curso de Auxiliar Administrativo e Logística, pois foi esta a turma que eu acompanhei de perto. O curso tem entre um de seus objetivos, a inserção do jovem com idade entre 16 a 24 anos no mercado de trabalho, além, é claro, de produzir o desenvolvimento pessoal desses jovens através de atividades pedagogicamente pensadas para eles.

Os jovens, em sua maioria, buscam a qualificação profissional para serem inseridos no mercado de trabalho, geralmente, como “jovem aprendiz”. Os mesmos após a saída do ensino

médio, não conseguem barganhar uma vaga de emprego ou numa universidade e, mais a frente, irei esmiuçar o porquê desse movimento não acontecer com os jovens.

2.2 Juventude, Trabalho e Educação

A temática da inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido uma grande problemática no campo das políticas públicas mundo afora e, no Brasil, isto não é diferente. Organismos – governamentais e não governamentais – tem tentado pensar em possíveis soluções para que a situação seja minimizada.

A falta de experiência e as novas exigências do mundo do trabalho – que solicita cada vez mais qualificação e versatilidade – contribuem para o aumento do desemprego juvenil no país (MENEZES; UCHOA; 2013). Um outro aspecto importante a ser destacado dentro do cenário atual é a transição feita entre a saída da escola para o mercado de trabalho. Nos últimos anos, as taxas de evasão e/ou repetência têm estado altíssimas nas instituições de ensino em todo o Brasil, tornando o ensino médio a etapa da educação básica mais desafiadora, segundo o Ministério da Educação (MEC).

Para que tenhamos uma ideia, apenas metade dos jovens – mais precisamente 50,4%, com idade entre 15 a 17 anos, estão na faixa correta para cursar o ensino médio. Ou seja, percebemos o expressivo número de jovens que estão fora dessa realidade. Ainda de acordo com os estudos de Santos (2013), em 2008, 40% desses jovens (com a mesma idade) não concluíram o ensino fundamental e oito milhões abandonaram o ensino formal.

Ao analisarmos os fragmentos descritos acima, percebemos que a situação do jovem no sistema educacional, mais especificamente no ensino médio, encontra-se ainda em declínio, sobretudo, por conta das disparidades entre a idade e a série cursada, as taxas de evasão e desistências. O jovem pode evadir do sistema escolar por alguns motivos, como por exemplo, a necessidade de ter de trabalhar para auxiliar no sustento da família; baixa qualidade da educação; a descrença em si – e isto está atrelado às questões sociais vivenciadas no cotidiano desses adolescentes – e nas políticas de governo pautadas para eles.

Os fatos que permeiam às questões da juventude são diferentes em outras localidades, sobretudo, porque vivemos em contextos históricos, políticos, culturais e sociais distintos. Portanto, Oliveira e Sousa (2013) vão dizer que, diferente do que acontece na Europa, os jovens não possuem, em sua maioria, problemas com a escolarização e sim com a crise do capital e do desemprego, no Brasil, a preocupação é outra: tenta-se, efetivamente, aumentar a escolarização e possibilitar uma qualificação profissional aos mesmos.

Recentemente, a nova reforma do ensino médio implementada pelo Ministério de Educação, trouxe à tona uma das grandes problemáticas dessa etapa da educação básica: a não inserção do jovem no mercado de trabalho. Em meio às discussões, este torna-se o motivo crucial para uma nova reestruturação do sistema de ensino atual, pois, o jovem encontra dificuldades para angariar uma vaga de emprego ou ingressar no ensino superior, ou seja, a grande discussão neste jogo de político, ideológico e social é a de que o ensino médio - da forma que se encontra - não corrobora para a conquista do primeiro emprego por parte do jovem recém-saído do sistema educacional.

Portanto, a meu ver, é necessário que a educação básica como um todo tenha de ser repensada e discutida com os diferentes atores que compõem o cenário educacional do país, pois trata-se de um trabalho processual, conjunto, sistemático e, acima de tudo, que entenda que somente o resultado não é solução para os problemas que estão imbuídos na cerne da questão.

O Plano Nacional de Educação, no decênio 2014-2024 – prevê como a meta 10 “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014). Ou seja, com as novas exigências do mercado para com o trabalhador, surge a necessidade de se intensificar à educação profissional dos jovens e adultos.

Sendo assim, os jovens procuram cada vez mais qualificar-se para a entrada no mercado de trabalho que, por sua vez, traz consigo novas exigências para o novo modelo de trabalhador vigente no século XXI.

Para que possamos entender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e, por conseguinte, as novas exigências do mercado, trago um breve recorte das novas roupagens para com os processos produtivos no sistema capitalista.

Kober (2004) divide os processos produtivos, no sistema capitalista, em dois momentos: o primeiro entre a década de 1940 e 1970, com o taylorismo-fordismo e o outro a partir da década de 70 até os dias atuais intitulada de toyotismo.

Estes movimentos definem de forma clara a dinamicidade que o mundo do trabalho carrega consigo ao longo dos anos. Se no taylorismo-fordismo o indivíduo executava um trabalho especializado, com uma produção em massa e que não exigia um pensar sobre o que estava sendo produzindo, será no toyotismo que uma nova configuração do mundo do trabalho surge. Agora, neste modelo, a produção não é mais em massa e sim em pequenos lotes e de forma flexível. O indivíduo que, antes não tinha conhecimento do que estava sendo produzido,

agora tem que conhecer toda a produção, passando a ter um conhecimento extra-escolar, politécnico¹⁰ a partir de áreas de conhecimento e não disciplinarizada (como acontecia no fordismo). Antunes (2002, p. 24) explicita que:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são "substituídos" pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Ou seja, a partir de uma reestruturação produtiva surge o que se convencionou chamar como modelo de competências que tem como principais características, de acordo com Dubar (1999), a valorização de qualidades relacionais e pessoais, como autonomia, responsabilidade, transposição de conhecimentos e o incentivo à formação contínua como elemento de mobilização e inovação. Para o autor:

A noção de competência serve, nessa perspectiva, para significar o caráter fortemente personalizado dos critérios de reconhecimento que devem permitir recompensar cada um em função da intensidade de seu empenho subjetivo e de suas capacidades "cognitivas" em compreender, antecipar e resolver os problemas de sua função que são também os de sua empresa. (DUBAR, 1999, p.18)

O trabalho passa a exigir do sujeito mais do que conhecimentos, mobilizando também aspectos de sua subjetividade. Tendo em vista a lógica capitalista, no entanto, a sintonia entre subjetividade e racionalidade técnica é desafiada pelas desigualdades de condição e de oportunidades.

Este, por sua vez, fortalece-se e corrobora para responder às transformações existentes no processo produtivo vigente no toyotismo, valorizando cada vez mais as áreas de conhecimento.

Sendo assim, Berger Filho (1998, p.8) vai dizer que:

entendemos por competências os esquemas mentais, ou seja, as ações e operações mentais de caráter cognitivo que, mobilizados e associados a saberes teóricos e/ou experiências geram habilidades, ou seja, é um saber-fazer.

¹⁰ Politécnica diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna SAVIANI(2003)

Tendo em vista o que fora escrito acima, entendemos que o indivíduo que almeja adentrar e permanecer no mercado de trabalho tem de dominar as técnicas e habilidades para que o mesmo torna-se empregável dentro deste novo modelo de trabalho, aliás, o termo empregabilidade está em alta no que tange às discussões acerca das políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O termo “empregabilidade” é valorizada no meio empresarial e na literatura voltada para o mundo dos negócios; é herdeira dos pressupostos da teoria do capital humano¹¹ (BALASSIANO;SEABRA E LEMOS, 2005. p.36); ou seja, há uma crença na educação básica e na qualificação profissional como subterfúgio que tem o intuito de sanar as elevadas taxas de desemprego e que atingem os jovens em sua maioria. Intensificam-se as atividades educativas e profissionais para o desenvolvimento do indivíduo e, por conseguinte, acabam desenvolvendo habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade e, conseqüentemente, para a empregabilidade (FRIGOTTO, 2001, p.45).

A promessa de empregabilidade como forma de ascensão e/ou permanência do indivíduo no mercado de trabalho tem estado em evidência e perpassa pelo âmbito educacional e profissional, no entanto, devemos ter cuidado com o termo para que isto não se torne uma ferramenta para deslegitimar a qualidade do trabalho dos indivíduos e o mais grave: negar tal direito.

Segundo Forrester (1997 apud FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2008, p.10)

(...) uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: “empregabilidade”, que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (como se troca de camisa, diria a ama Beppa).

O caminho percorrido até aqui fora o de tentar elucidar os entraves e jogos político-pedagógicos presentes na relação entre juventude, trabalho e educação debatendo a chamada reestruturação produtiva, o cenário do ensino médio e suas conseqüências sobre a trajetória educacional e profissional dos jovens.

¹¹ Ver o artigo “Sobre o Conceito de Capital Humano” de PAIVA (2001)

CAPÍTULO 3 – Qualificação Profissional, Trabalho e Educação: relatos e expectativas dos jovens da ONG Ser Cidadão

A escrita deste trabalho até aqui buscou analisar as questões que permeiam o debate educacional, tendo em vista os jovens que estão na última etapa da educação básica - o ensino médio - e sua relação com o mercado de trabalho.

Este capítulo, apresenta alguns dados e informações da turma de 2015.2 de Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Logística da ONG Ser Cidadão e busca dialogar com os questionamentos abordados até este momento, relacionando-os com o eixo educação-trabalho.

Para que esta pesquisa fosse realizada, levei em consideração as informações dos dados socioeconômicos dos alunos – disponibilizados pela instituição – uma vez que esta é uma das principais variáveis que influenciam na trajetória educacional e profissional dos jovens no país.

Esta pesquisa levou em consideração – através de um questionário aplicado a três jovens da ONG – suas expectativas e, em que medida, o papel da instituição fora importante no processo de inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que havia duas turmas no ano de 2015.2 no curso de Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Logística: a primeira com 26 alunos e a segunda com 19 alunos (em Agosto de 2015).

No que tange ao número de vagas, eram ofertadas 25 vagas em cada uma das turmas e, percebemos que o não fechamento das vagas na turma de Logística se deu por conta do desconhecimento das pessoas para com o curso em si. A maioria preferia o curso de Auxiliar Administrativo por ser mais conhecido e, como estávamos trabalhando com prazos, o fechamento da turma com o número de 25 alunos não foi conseguido.

Os alunos tinham como pré-requisito estar cursando ou ter terminado o ensino médio e ter uma renda mensal *per capita* de um salário mínimo, ou seja, o curso era direcionado para jovens de baixa renda e que encontravam dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Faço um adendo de que o financiamento do curso de Auxiliar Administrativo e Logística, no Centro do Rio de Janeiro, era feito por uma pessoa física e empresas da iniciativa privada, como a Gerdau. A seguir, tratarei um pouco sobre a qualificação profissional.

3.1 – A Qualificação Profissional

A qualificação profissional tem estado presente cada vez mais em nossa sociedade, sobretudo, nos espaços de formação. A ideia de educar para o trabalho reforça e alimenta o novo modelo da reestruturação vigente no século XXI. Segundo Bastos (2006):

A qualificação profissional pode ser compreendida como poderosa explicação para o êxito ou as restrições das pessoas e mesmo dos países em transitarem por esse cenário turbulento de reestruturação produtiva e da globalização. [...] Escola, Empresa e Estado estão implicados no diagnóstico e equacionamento dos desafios de qualificação que emergem na contemporaneidade.

Ao fazermos uma análise diante desta afirmação, podemos perceber que as novas demandas que surgem na sociedade dizem que as entidades deveriam se unir para promover a qualificação profissional e o equacionamento dos desafios que surgem no escopo da mesma. No entanto, autores como Santana e Ramalho (2004) verificam algumas fragilidades como, por exemplo, o fato de cada vez mais serem feitos investimentos na qualificação profissional, as questões de gênero enquanto a divisão sexual do trabalho e a não diminuição das tendências do desemprego, tendo este último recaído como responsabilidade única e exclusiva do trabalhador.

Qualificação Profissional também vem vinculada ao termo empregabilidade que é a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou de encontrar um novo emprego quando demitida, ou seja, a capacidade de se tornar empregável (SANTANA E RAMALHO, 2004).

Este conceito (empregabilidade) está presente tanto nos documentos que embasam políticas públicas quanto na própria estrutura e organização dos cursos de qualificação profissional para jovens, uma vez que têm por objetivo que ele saia com uma formação ampla, satisfatória e que permita com que o mesmo possa se tornar empregável.

O Governo Federal trabalha com alguns eixos de políticas públicas que visam a inserção do jovem no mercado de trabalho e dois programas estão presentes para a qualificação: o Plano Nacional de Formação Profissional e o Plano Nacional de Qualificação.

O Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) desenvolve junto às Secretarias de Trabalho e Comissões Estaduais de Emprego o exercício de oferecer e priorizar jovens que procuram emprego e que estejam em situação de vulnerabilidade social.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) é financiado pela FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e tem como objetivo a qualificação – social e profissional – de jovens com idade a partir de 16 anos no mercado de trabalho.

Diante do que fora descrito acima, é possível dizer que as Organizações da Sociedade Civil que atuam com a qualificação e empregabilidade dos jovens, como é o caso da Ser Cidadão, visam também qualificar os jovens em situação de vulnerabilidade social. Segundo Soares (2013, p. 289):

Apesar de as políticas de qualificação profissional e de intermediação existirem há muitos anos, é somente a partir de 1996 que se nota uma preocupação em atender ao público jovem, com a criação do Serviço Civil Voluntário (SCV). O objetivo geral é capacitar o jovem para o exercício da cidadania e formá-lo para o mercado de trabalho.

O PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional) também traz em seu texto que a atuação das organizações da sociedade civil está pautada em auxiliar o jovem na inserção do mercado de trabalho, ou seja, o objetivo maior dos programas e cursos de capacitação é tornar o jovem empregável,

Nesse contexto, a Educação e Qualificação Profissional ganham particular relevância como mostra os investimentos feitos por diversas instituições que oferecem cursos de capacitação para jovens com o intuito de desenvolvê-los para às novas racionalidades a que o mercado vem impulsionando.

Outro programa do Governo Federal que tem investido bastante na educação técnica e profissional é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem como intuito ampliar as oportunidades educacionais e formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda, ou seja, trata-se de um programa que atende prioritariamente jovens estudantes do ensino médio e que sejam da rede pública visando à formação profissional – de forma qualificada – do ponto de vista formativo, ou seja, o intuito é fazer com que o jovem esteja melhor preparado para atender às exigências do mercado. O PRONATEC tem como um dos principais objetivos “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional”¹², logo, percebemos que a preocupação sobre a qualificação profissional do jovem se dá em larga escala, perpassando como um dos problemas da sociedade brasileira.

¹² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 01 mar. 2017.

3.2 Os Jovens, a Escolaridade e a Educação Profissional: perfil dos alunos da ONG

Conforme supracitado no início do Capítulo 2 desta pesquisa, é necessário que compreendamos e analisemos as condições econômicas, familiares e sociais, sobretudo, quando o mesmo perfil de jovens aparece na procura dos cursos de capacitação da instituição.

O perfil socioeconômico denota, numa amostra inicial, os grupos que são atendidos pela instituição e a possível (cor)relação (ou não) dessas situações para com os percalços encontrados por eles junto à inserção no mercado de trabalho ou no ensino superior.

A partir desta análise socioeconômica e os relatos dos jovens é que perceberemos em que medida a ONG, efetivamente (ou não) pode auxiliar no processo de mudança do *status* dos mesmos.

Sendo assim, nesse ítem, levei em consideração os dados socioeconômicos que foram repassados a mim pela coordenadora dos cursos de capacitação da unidade do centro. Tais informações eram preenchidas ao final de cada curso, com o intuito de perceber a relação de evasão, desistências, questões de renda, etnia, gênero, escolaridade dos pais e dos alunos, entre outros elementos. Havia, neste sentido, a geração dos gráficos.

Conforme foi dito anteriormente, as turmas de 2015.2 começaram com 26 alunos na turma do curso de Auxiliar Administrativo e 19 alunos na turma de Auxiliar de Logística (ambos os cursos tinham um período de 5 meses de duração).

É importante salientar que para uma melhor visualização dos percentuais e números absolutos referentes aos dados socioeconômicos, utilizarei uma tabela para que os números possam ser lidos com mais transparência.

No que tange às questões do sexo masculino e feminino, podíamos observar que o número de meninas era maior em relação ao número de meninos e os números apresentavam-se da seguinte forma:

TABELA 1 - Gênero			
Cursos	Nº de Alunos	Masculino	Feminino
Auxiliar Administrativo	26	10	16
Auxiliar de Logística	19	8	11

Já no que se refere a idade dos alunos do curso de qualificação profissional ofertado pela ONG, os números se explicitam desta forma:

TABELA 2 - Idade				
Cursos	Nº de Alunos	16 a 17 anos	18 e 21 anos	22 a 24 anos
Auxiliar Administrativo	26	10	14	2
Auxiliar de Logística	19	5	10	4

De acordo com estes dados, podemos perceber que há uma predominância maior no número de alunos do sexo feminino do que masculino.

Em suma, observamos que a procura dos cursos nesta instituição e neste ano de 2015 se deu, em maioria, por pessoas do sexo feminino. Uma outra prerrogativa a se pensar é a de que meninas conseguem alcançar a última etapa da educação básica e concluí-la em maior número do que os meninos.

Nos estudos de Santos (2013, p. 78), a autora vai dizer que:

A PNAD de 2008 revelou que o desemprego juvenil atingiu mais de 10% das mulheres enquanto entre os homens essa taxa foi em torno de 7,5%. Não há dúvidas, portanto, de que, embora seja visível o avanço das mulheres na conquista por maiores oportunidades de trabalho, trazendo-lhes mais autonomia e realização pessoal, as desigualdades na divisão sexual do trabalho ainda são evidentes.

Ao fazermos uma análise do fragmento acima, percebemos que mesmo nos dias atuais, a questão das disparidades entre as oportunidades oferecidas para homens e mulheres ainda é grande, logo, não é descolado da realidade e, talvez seja um fator determinante, que a procura e o preenchimento das vagas do curso de capacitação, na instituição trabalhada nesta pesquisa, seja de predominância do público feminino se comparado ao público masculino.

Um outro fator importante de se constatar nos dados socioeconômicos dos alunos relatados nos parágrafos acima é o de que há um número maior de jovens com idade entre 18 e 21 ou anos em ambos os cursos. Ora, se partirmos da premissa que, teoricamente, esses jovens acabaram de sair do ensino médio ou estão às vésperas de acaba-lo e, conseqüentemente, estão encontrando dificuldades de se inserir no mercado de trabalho ou no ensino superior, faz sentido que eles busquem uma qualificação profissional para que as suas chances aumentem e, eventualmente, tornem-se empregáveis.

Cardoso (2013, p. 301) corrobora dizendo que:

Trata-se, pois, de idade (18 anos) marcadora do abandono da escola e da possível entrada no mercado de trabalho para boa parte dos jovens. Geradora, portanto, das tensões e inseguranças típicas das transições biográficas cruciais, e que resulta em frustração de expectativas de emprego para boa parte deles ou, ainda, de inserção precária e insegura no mercado de trabalho.

Ou seja, a transição escola-trabalho é uma situação bastante delicada para o jovem que o faz, sobretudo, porque existem questões que estão imbuídas no todo que fazem com que esses jovens acabem se desestimulando ou tendo chances reduzidas para/pelo mercado de trabalho.

No questionário aplicado para três alunos do curso de capacitação da ONG do ano de 2015, uma das alunas que aqui identificarei como “J.A” (23 anos) quando indagada se os jovens encontram dificuldade de serem inseridos no mercado de trabalho, responde que sim e quando perguntada o porquê, a mesma diz: **“Porque a cada dia que passa, as empresas solicitam mais experiências”**.

Diante de tudo que vimos até aqui, caro leitor, é um fato que a reestruturação produtiva e as novas mudanças ocorridas no mundo do trabalho trazem consigo uma carga que exige do “empregado” uma concepção onde o mesmo deve ser cada vez mais versátil, politécnico e competente; relembro aqui que passamos de um movimento fordista-taylorista para o toyotismo onde cada vez mais a noção de competências torna-se presente no mercado e, indubitavelmente, vem a atingir o “empregado” e com mais afinco no jovem que encontra-se recém-saído do ensino médio. Sendo assim, o fato da aluna responder que cada vez mais as empresas solicitam mais experiências revela uma das facetas na qual o mundo do trabalho está pautado.

No que tange às questões da cor da pele, perguntávamos no ato da entrevista dos candidatos como eles se autodeclaravam e obtivemos o seguinte resultado:

Cursos	Nº de Alunos	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena
Auxiliar Administrativo	26	5	10	9	1	1
Auxiliar de Logística	19	3	6	8	1	1

É possível estabelecer um perfil dos alunos que são atendidos pela ONG com os dados vistos acima: são jovens com idade entre 18 a 21 anos, sendo majoritariamente do gênero feminino e se autodeclarando pretos ou pardos.

Hasenbalg e Silva (2003) mostraram que as probabilidades de pretos, indígenas e pardos distam consistentemente das de brancos e amarelos e são muito próximas entre si, tendo em vista o acesso à renda, à educação e ao mercado de trabalho.

A reflexão sobre as questões trazidas acima é de suma importância, sobretudo, porque vivemos num país onde a desigualdade social e de oportunidades são colossais, limitando ou dificultando as chances, por exemplo, de jovens negros no sistema escolar ou no mercado de trabalho, fato este que torna-se alinhavado ao confrontar com os dados socioeconômicos dispostos durante a análise feita até o presente momento.

Castro e Andrade (2013) afirmam que as mulheres jovens são mais afetadas pelo desemprego que os homens, e os jovens negros também são mais atingidos pelo desemprego que os jovens brancos, além de terem pior renda.

Outros fatores analisados para com os dados dos alunos das duas turmas do curso de capacitação em Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Logística foram o da escolaridade, renda familiar e a quantidade de pessoas que estavam efetivamente trabalhando em seus respectivos núcleos familiares. Em termos de escolaridade, os números mostraram o seguinte resultado:

TABELA 5 - Escolaridade			
Cursos	Nº de Alunos	EMC*	EMI**
Auxiliar Administrativo	26	8	18
Auxiliar de Logística	19	11	8

*EMC = Ensino Médio Completo e **EMI = Ensino Médio Incompleto

Se analisarmos de forma percentual, perceberemos que os jovens do curso de auxiliar administrativo que não concluíram o ensino médio são de 69% e os que concluíram completam os outros restantes configuram os 31%. Entretanto, na turma de auxiliar de logística acontece o inverso, tendo em sua maioria – 58% - dos jovens com o ensino médio completo e 42% com o ensino médio incompleto.

Logo, percebemos que a relação de alunos maiores de 18 anos não-concluintes na turma de Auxiliar Administrativo era maior do que na turma de Auxiliar de Logística, isto se levarmos a proporção da quantidade de alunos e a idade de cada uma das turmas. Se partimos da ideia de que o jovem deveria terminar a última etapa da educação básica, o ensino médio, aos 17 anos para não haver distorção idade-série, constatamos que a maioria havia tido no curso de Auxiliar Administrativo uma repetência, desistência ou atraso em algum momento da vida se compararmos com a idade dos alunos de 18 a 24 anos presentes no curso naquele ano.

Já a turma de Auxiliar de Logística tinha um resultado um pouco melhor para com os dados da escolaridade, tendo a sua maioria com idade superior a 18 anos concluído o ensino médio. Tais informações só mostram a diferença entre a escolaridade das turmas, mas não apontam para as causas do porquê uma turma tinha um índice melhor que a outra neste sentido, para isso, teria que analisar cada um dos alunos daquele ano e entender suas trajetórias educacionais, por ora, vale somente o levantamento desses dados para que observemos às questões educacionais dos jovens da instituição.

Fatores como a escolaridade influenciam na conquista de uma vaga de emprego. Aliás, o nível de escolaridade e a qualidade do ensino ao qual o indivíduo teve acesso pode ser determinante na conquista da tão sonhada inserção profissional. Se o jovem possuir uma baixa escolarização, por exemplo, isto pode excluí-lo da oportunidade de bons empregos e bons salários e leva-los a aceitar empregos informais ou de baixa remuneração. Para Castro e Aquino (2009 apud SANTOS, 2013 p. 77):

Embora os jovens em média tenham melhores atributos de escolaridade em comparação aos trabalhadores adultos, contribuindo para uma melhor adaptação às rápidas transformações nos processos produtivos, a redução no ritmo da geração de novas ocupações tende a atingi-los mais negativamente, sobretudo aqueles que não possuem as características mais elencadas pelo mercado de trabalho - os de baixa escolaridade, as jovens mulheres (principalmente as que possuem filhos), e os moradores da periferia. (apud, p. 77 e 78)

Os jovens que sofrem com a inserção no mercado de trabalho ou a dificuldade de acesso ao ensino superior tende a aumentar quando chega a determinados grupos, sobretudo, nos jovens negros e com uma renda mensal *per capita* baixa, conforme explicitado acima. O estímulo da competitividade alimentado pelo sistema vigente causa uma disputa complicada dos jovens e os adultos. Segundo Santos (2013, p. 75):

Num ambiente de “salve-se quem puder”, jovens e adultos têm competido de modo desigual os escassos empregos existentes. Os primeiros, mesmo com o grau de escolaridade e as qualificações necessárias, pecam pela falta de experiência; os segundos, embora cobertos pela sabedoria tácita, pecam pelo afastamento das salas de aula. Ambos sofrem preconceito, uns por serem jovens demais; outros, por terem atingido certa idade.

No que tangencia a renda dos alunos da ONG, percebemos que, apesar de todos terem que possuir uma renda familiar mensal *per capita* de até um salário mínimo (R\$ 788,00 no ano de 2015) este valor da renda *per capita* acabava oscilando por conta do número de membros daquele núcleo familiar como, por exemplo, em famílias com 6 ou 7 pessoas residindo naquela casa e tendo apenas uma pessoa trabalhando, isto diminuía a renda per capita daquele grupo familiar.

Um dos dados que chamam a atenção dentro da pesquisa realizada é a quantidade de pessoas que trabalham, formal ou informalmente, dentro de um núcleo familiar. Neste caso, os dados apresentam-se da seguinte forma:

TABELA 4 – Quantidade de Pessoas que Trabalhavam na Casa						
Cursos	Nº de Alunos	0	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	Não se Aplica*
Auxiliar Administrativo	26	3	15	6	1	1
Auxiliar de Logística	19	2	10	7	0	0

*A aluna em questão era oriunda de abrigo, sendo assim, neste quesito não fora computado quantas pessoas trabalhavam na casa, pois ela vivia de um amparo do governo para com a instituição em que residia.

Após os dados descritos acima, notamos que essas famílias possuíam uma renda *per capita* de até um salário mínimo, no entanto, na maior parte delas havia uma única pessoa que era responsável economicamente pelo sustento de todos os membros. Isto é um elemento importante de se observar, principalmente, porque muitos alunos – antes do recebimento da bolsa que a instituição pagava para os mesmos – alegavam falta de dinheiro para irem ao curso. Vale ratificar, então, que visando a permanência, e não a evasão dos alunos do curso, e entendendo a importância da capacitação para estes jovens, a ONG auxiliava os alunos com uma bolsa para custear o transporte e um lanche era fornecido no espaço.

Membros de domicílios com baixa renda familiar *per capita* e que têm filhos, tendem a ter maior necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar, encontrando, por conseguinte, mais dificuldades para continuar os estudos (CONSTANZI, 2009).

Durante o questionário aplicado aos alunos do curso do ano de 2015, vimos algumas respostas que denotam a importância da ONG em suas respectivas vidas, em específico, para com a inserção no mundo do trabalho. Quando indagados se a ONG os auxiliaram a entrar no mercado de trabalho, todos os três alunos foram taxativos em dizer que sim. Uma das alunas J.A. (23 anos) disse que o curso a qualificou a concorrer às vagas na área; já um outro candidato que aqui chamarei pelas iniciais de “P.B” (20 anos) conta que a experiência de ter feito o curso serviu como experiência para que ele entrasse numa vaga de jovem aprendiz.

Os jovens ainda pontuaram que o curso é uma oportunidade de qualificação e uma forma de conhecimento da área estudada e ampliação cultural do indivíduo. Faço um adendo a respeito desta última frase, pois a ONG, preocupada com outros elementos da vida do indivíduo trazia consigo atividades que promovessem também o acesso à cultura, ao bem-estar e ao lazer, ou seja, frequentávamos bastante cinema, teatro, eram ofertadas as oficinas de dança, leitura criativa, teatro e fotografia/edição de vídeo, sendo assim, tentávamos, de algum modo, ampliar o repertório dos jovens para com outras questões de foro cultural.

Até aqui o intento fora o de tentar elucidar as racionalidades que estão postas para essa realidade do desemprego juvenil, principalmente, após a saída da escola para o mercado de trabalho. Tal transição mostra-se, efetivamente, bastante complexa e desafiadora para o jovem que se encontra nessas condições. Vimos no decorrer deste capítulo que jovens negros tendem a ter mais dificuldades de se inserirem no mercado e quando esses são jovens negras, do sexo feminino, a dificuldade ainda aumenta, vide o número de jovens alunas que estão em maioria nos cursos de qualificação ofertado pela ONG.

Um outro ponto destacado pelos alunos no questionário foi a respeito do papel da ONG e como eles enxergam a saída do ensino médio para o mercado de trabalho. Um deles respondeu da seguinte forma:

A ser cidadão foi essencial para mim, pois foi um lugar que aprendi muita coisa, tanto no curso que fiz (logística) quanto na minha vida pessoal. A saída do ensino médio tem sido um momento difícil na vida dos jovens, pois precisam de um emprego e também precisam ingressar no ensino superior, e o mercado de trabalho é muito difícil para o jovem recém formado no ensino médio. (P.B, 20 anos)

A fala deste aluno corrobora com o que vimos até aqui, caro leitor, principalmente, na percepção deles para com essa transição do ensino médio para o mundo do trabalho que vem exigindo deles cada vez mais conhecimentos e versatilidade nas diferentes formas de lidar com o ofício a que venham desempenhar numa empresa ou segmento.

Do ponto de vista da empregabilidade, os dados desta turma de 2015 apontam que 39% (ou seja, 9 alunos dos 23 concluintes) da turma de auxiliar administrativo conseguiram um emprego formal (jovem aprendiz ou trabalho de carteira assinada) após o término do curso.

Houve também nesta mesma turma uma taxa de 8% (3 alunos) de evasão dos que frequentavam o curso, surgindo como causas de desistência: a falta de recursos para custear o transporte e o não interesse mais pelo curso de capacitação; já na turma de auxiliar de logística, houve o emprego de 60% da turma, ou seja, 10 alunos saíram do curso numa alocação de emprego formal como jovem aprendiz ou trabalho de carteira assinada o que demonstra um número expressivo de jovens contratados, e uma taxa de evasão de 21% - ou seja, 4 alunos – os mesmos apresentaram como justificativas de saída do curso: a incompatibilidade de horário com a escola; o fato de não poder deixar o filho com algum parente ou vizinho; e, arranjo de trabalho logo nas primeiras semana de curso.

Ao analisarmos os dados, compreendemos que os elementos socioeconômicos como escolaridade, renda, cor da pele, entre outros fatores podem influenciar na aquisição referente a inserção do jovem no mercado de trabalho. O papel da ONG vem no intuito de complementar a formação desses jovens para com as exigências advindas no mercado, principalmente, com as novas mudanças das forças produtivas vigentes nos dias atuais.

As instituições que trabalham com a formação do sujeito – principalmente o jovem – tendem a auxiliá-los neste processo de transição escola-trabalho, no entanto, é necessário que nos atentemos para com as implicações desses projetos, como, por exemplo, os investimentos das empresas privadas e de grupos com interesses díspares, a baixa qualidade do ensino médio que faz com que o jovem fique no limbo e não consiga barganhar uma vaga de emprego ou acesso à universidade, da falta de política pública atrelada aos anseios e dilemas da juventude no Brasil, dentre outros elementos que acarretam essa máxima a qual nos encontramos atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente foi realizado um recorte histórico das ONGs no Brasil e a sua relação com as políticas públicas no Brasil, sobretudo, para que pudéssemos compreender em que medida as instituições do terceiro setor auxiliam ou não os jovens na transição da saída para a escola ou o ensino superior.

A importância desse resgate histórico está justamente atrelada ao entendimento das instituições existentes hoje e como as mesmas trabalham na oferta dos cursos de qualificação profissional ou até mesmo de incentivo ao lazer, cultura, principalmente, após o período neoliberal. Sendo assim, a pesquisa sobre as diferenças entre as ONGs nos apresentou dois modelos existentes ao longo dos anos: um primeiro das décadas de 1970/1980, onde nasceram, principalmente, dos movimentos sociais, e lutava contra o regime de repressão da época mais sombria que o país já viveu: a ditadura militar; e, um segundo modelo, iniciado a partir da década de 1990, com a expansão do ensino fundamental, o Estado se vê cada vez mais tendo que lidar com as demandas deste segmento e sendo ineficaz ou não se preocupando naquele momento com a educação profissional. A partir daí, uma nova faceta das ONGs no Brasil surge e novas parcerias são feitas no intuito de suprir com a carência do Estado para com a formação profissional de jovens e adultos naquela época e, de uma certa forma, acaba modulando e ressignificando os novos interesses para com os serviços e as propostas político-ideológicas das ONGs movimentalistas/militares, trazendo consigo a noção de que uma parceria público-privado seja a solução para possíveis problemas no escopo de uma sociedade.

Tendo dito isso, a nova roupagem das ONGs no Brasil demonstra um novo interesse e, mais do que isso, demonstra menos preocupação ou uma divisão das responsabilidades que o mesmo deveria lidar na sociedade. Agora, nem mercado nem estado, surge uma nova instituição, com o misto dos dois que vem com o intuito de auxiliar as problemáticas existentes no cerne da sociedade e das questões acerca da juventude.

A partir de então, problematizamos também como as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo, como às novas demandas surgidas a partir de um novo modelo de reestruturação produtiva perpassa a vida de jovens e adultos que acabam de sair da última etapa da educação básica, o ensino médio. Entender os percalços, limites e avanços dessas questões foi uma tentativa a que esse trabalho se propôs a pensar.

Contudo, e não menos importante, pelo contrário, fora realizado o levantamento de como a relação socioeconômica de cada indivíduo pode influenciar em sua trajetória

formativa, ou seja, se nos atentarmos às questões de gênero, cor, renda, entre outros fatores, perceberemos que eles podem dizer muito sobre o tipo de sociedade que estamos fomentando e da enorme desigualdade de oportunidades existentes Brasil afora.

Uma das grandes discussões dentro do ensino básico há alguns anos tem sido o ensino médio, principalmente, devido aos índices altos de evasão, distorção de idade-série ou abandono do sistema escolar. O ensino médio ainda hoje continua sendo o grande gargalo da educação básica no Brasil e repensá-lo em sua estrutura tem sido algo que vem acontecendo com mais afinco ao longo dos últimos anos, no entanto, este exercício tem de ser feito com bastante cautela e tentando entender às necessidades dos tempos atuais, mas sem tirar direitos de uma formação de qualidade.

Recentemente, o MEC aprovou a nova reforma do ensino médio o que, de certo modo, causou um alvoroço dentro da comunidade acadêmica, nas escolas, as famílias e todos os outros atores sociais envolvidos com a polêmica. A nova reforma prevê, por exemplo, que as aulas de História e Geografia sejam ofertadas como eletivas, não havendo obrigatoriedade para o aluno nos três anos em que ele estiver no ensino médio. Na parte que visa o ensino profissional dentro da nova reforma, o MEC¹³ aponta:

A medida permite que os sistemas de ensino autorizem profissionais com notório saber para ministrar aulas exclusivamente em disciplinas dos cursos técnicos e profissionalizantes, como já acontece hoje no sistema S e na maioria dos países do mundo. A formação de professores se dará da mesma forma como a legislação atual prevê. O professor com licenciatura poderá fazer complementação pedagógica para dar aula de outra disciplina dentro da sua área de conhecimento.

A preocupação da nova reforma, na verdade, é entender se – de fato – o ensino médio conseguirá atingir as expectativas a que ele se propõe, mas sem deixar de ofertar a qualidade necessária para o indivíduo. “Profissionais com notório saber” é algo bastante subjetivo e que traz consigo uma carga de dúvida para com os reais interesses da nova proposta.

Cada vez mais, nós, educadores, temos focado no resultado e esquecemos – massivamente – do processo. Logo, convido a você, caro leitor, a pensar sobre o que de fato é o papel do ensino médio? Seria apenas uma ponte para o ensino superior ou o mercado de trabalho? Se for, algo de muito falho vem acontecendo em relação a esta última etapa da educação básica.

¹³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. acessado em 18 Fev.2017

A pesquisa aqui apresentada mostrou que os jovens possuem anseios em relação aos seus respectivos futuros, mas que encontram barreiras, sejam elas por conta de suas situações socioeconômicas, algo mais institucional ou ligado a política pública.

No mais, fica o registro que o papel da ONG, em específico, a Ser Cidadão, tem sido de fundamental relevância na vida dos jovens que lá fazem o curso de capacitação, principalmente, quando o jovem começa uma transição que antes era escola-trabalho e agora passa de uma situação de vulnerabilidade para o início de uma trajetória de sonhos e conquistas pessoais e profissionais. Não atribuo aqui, em hipótese alguma, a missão “salvática” da ONG nesse processo de inserção do jovem no mercado de trabalho, mas trago como intento mostrar que apesar das dificuldades imbuídas no arcabouço da sociedade, das instituições e do setor público, as ONGs que lidam com a qualificação profissional ou cursos de capacitação tendem a mudar a realidade do jovem no Brasil, mesmo que num caráter mais imediatista.

Indico que os estudos acerca do papel das ONGs no trabalho para com os jovens devem continuar. Entender os jogos políticos, ideológicos, os anseios, dúvidas e o trabalho a que essas instituições se propõem deve ser pesquisada e difundida no meio acadêmico, principalmente, porque temos uma série de profissionais da educação – inclusive pedagogos – atuando nestes espaços.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. ADEUS AO TRABALHO? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª edição. UNICAMP, São Paulo, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. São Paulo. Números e Dados das Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil - Pesquisa Fasfil 2010. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>>, acessado em 8 de janeiro de 2017

BALASSIANO, Moises. SEABRA , Alexandre Alves. LEMOS Ana Heloisa. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? RAC, v. 9, n. 4, Out./Dez. 2005

BASTOS, A. V. B. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. In J. E. Borges-Andrade, G. S. Abbad, & L. Mourão (Orgs.). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho 2014. Aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, 2014.

BERGER FILHO, R. L. Formação baseada em competências numa concepção inovadora para a formação tecnológica. Anais do V Congresso de Educação Tecnológica dos Países do MERCOSUL. Pelotas: MEC/SEMTEC/ETFPEL, 1998.

CARDOSO. Juventude, Trabalho e Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Fortaleza. In: Trabalho e Formação Profissional Juventudes em Transição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão. ANDRADE, Carla Coelho. Juventude, Educação e Trabalho: Avanços e Desafios. Fortaleza. In: Trabalho e Formação Profissional Juventudes em Transição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2013.

CONSTANZI, Rogerio. Trabalho decente e juventude no Brasil. [S.l.]: OIT, 2009.

CHAVES, D.S.P; MOTTA, V. Parceria Público/Privada entre o instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação do rio de janeiro: estudo de caso. Revista uniabeu Belford Roxo V.4 Número 7 Mar. – Ago. 2011

DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. *Educ. Soc. vol.* 19 n. 64 Campinas Sep. 1999

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25-54

GOHN, Maria da G. Os sem-terra, ONGs e cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN. Maria da Gloria- Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Revista: Nómadas (Col) 2005.

GOHN, M. da G. Sociologia dos movimentos sociais. São Paulo: Ed Cortez, 2013.

HASENBALG, Carlos A.A transição da escola para o trabalho. In Hasenbalg, C.; SILVA, N. V. Origens e destinos. Desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 147-172, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISAS E ESTATÍSTICAS. Brasília. Tabelas Completas da Entidades Sem Fins Lucrativos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_entidades_ods_nova_2010.shtm> acessado em 01 Mar de 2017.

KOBER, Claudia Mattos. Qualificação Profissional – uma tarefa de sísifo. São Paulo: Autores Associados, 2004.

LANDIM, Leilah. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. p.104 a 106. Rio de Janeiro, 1993.

MENEZES, Wilson F. UCHOA, Carlos Frederico. A Inserção Do Jovem No Mercado De Trabalho Brasileiro. Fortaleza. In: Trabalho e Formação Profissional Juventudes em Transição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000-2015. Brasília, 2014.

MONTÃO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social S. Paulo: Editora Cortez, 2002

OLIVEIRA, E; SANTOS, A. Trabalho, Juventude e Educação No Contexto Do Capitalismo. Fortaleza. In: Trabalho e Formação Profissional Juventudes em Transição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2013.

PAIVA, Vanilda. “Sobre o Conceito de Capital Humano” de Vanilda Paiva. Cadernos de Pesquisa, n 113. P.185-191. Rio de Janeiro, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. A noção de competência na reforma do ensino médio e da educação profissional de nível técnico no Brasil – CAP 3 – livro: pedagogia das competências autonomia ou adaptação.

- RAMOS, M. N.; CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio . Educação Profissional e Desenvolvimento. Revista Pedagogia Cotidiano Ressignificado, v. 2, p. 39-62, 2008.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José.Ricardo. Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo. – Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2004.
- SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? Fortaleza. In: Trabalho e Formação Profissional Juventudes em Transição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2013.
- SAVIANI, Demerval. O Choque Teórico da Politecnicia - Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003
- SER CIDADÃO. Plano de Trabalho – Informações para o CMDCA. Rio de Janeiro, 2016.
- SOARES, Mariza. Juventude e Políticas de Qualificação Profissional Projovem Trabalhador – A Experiência de Pernambuco. Fortaleza. In: Trabalho e Formação Profissional Juventudes em Transição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2013.

ANEXO

Roteiro de Entrevista

Nome

Idade

Bairro onde reside

Como conheceu a Ser Cidadão?

Você havia concluído o ensino médio durante o curso?

O que te motivou a buscar um curso de qualificação profissional?

Você acredita que os jovens encontram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho?
Por quê?

O curso de qualificação profissional em auxiliar administrativo ou logística serviu para que você, efetivamente, entrasse no mercado de trabalho? Por quê?

Você acredita que projetos sociais, como os que a Ser Cidadão oferece, são importantes para a empregabilidade dos jovens?

Você acredita que hoje, no Brasil, o ensino médio é o suficiente para que o jovem consiga se inserir no mercado de trabalho?

Por quê?

Em duas ou três linhas, fale um pouco sobre o papel da ONG na sua formação e como você enxerga a saída do ensino médio para o mercado de trabalho: